

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.197.030 - RS
(2017/0281708-1)**

RELATOR : MINISTRO ROGERIO SCHIETTI CRUZ
AGRAVANTE : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : NAZARENO INACIO DALPIAZ
AGRAVADO : JOSE VITOR WEBER WENDLING
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
AGRAVADO : ALCIDES SCUSSEL
ADVOGADO : MARCELO ROSTRO SILVEIRA - RS053462

DECISÃO

O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL interpõe recurso especial, com fundamento no art. 105, III, "a", da Constituição Federal, contra acórdão do **Tribunal de Justiça daquele estado** (Apelação Criminal n. 70049320138).

Depreende-se dos autos que os agravados foram denunciados pela prática do crime tipificado no art. 38-A da Lei n. 9.605/1998 e, ao final da instrução criminal, foram absolvidos pelo Tribunal de origem, em ação penal originária, **por existir dúvida sobre o elemento subjetivo do tipo, indispensável à configuração do referido delito, nos termos do art. 386, VII, do Código de Processo Penal.**

Nas razões do recurso especial, o *Parquet* alega violação dos arts. 18, I, do Código Penal, 38-A da Lei n. 9.605/1998 e 386, VII, do Código de Processo Penal, ao argumento de que "restou suficientemente caracterizada a conduta dolosa dos réus – ainda que em segundo grau – em provocarem o dano ambiental consistente na supressão de 0,7 hectares de floresta de vegetação nativa e exótica" (fl. 726), porquanto "ainda que a destruição da floresta não fosse a real intenção dos agentes, seria o único meio pelo qual os agentes poderiam proporcionar a ampliação da via" (fl. 726).

Requer, portanto, o provimento do recurso para que sejam condenados os acusados nas penas previstas no art. 38-A da Lei n. 9.605/1998.

O recurso especial foi inadmitido no juízo prévio de

admissibilidade realizado pelo Tribunal de origem, porquanto "a apreciação da existência de dolo na conduta de causar dano ao meio ambiente exige o reexame do contexto fático-probatório, o que esbarra na Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça" (fls. 771-775), o que ensejou a interposição deste agravo (fls. 781-785).

O Ministério Público Federal manifestou-se pelo **não conhecimento do especial** (fls. 829-831).

Decido.

A decisão agravada não merece reparos, a despeito dos robustos argumentos externados pelo agravante. Isso porque o Tribunal de origem, após **minucioso exame do caderno probatório**, concluiu que, embora "incontroverso que houve manutenção da estrada municipal de Maquiné, e que, para tanto, foram utilizados bens públicos e funcionários da Prefeitura, além de maquinário contratado pelo denunciado José Vitor, ocasionando danos ao meio ambiente" (fl. 704), "a reconstituição probatória não oferece certeza de que os acusados tenham agido com dolo" (fl. 704) de causar dano ao meio ambiente, pelos seguintes fundamentos (fl. 705):

Ereni Onorina da Silva Lindner, moradora do local, relatou a dificuldade em vender bananas, que acabam apodrecendo porque a estrada era de difícil acesso e estava em péssimas condições.

O agente florestal que esteve na estrada entendeu que se buscava melhorar o acesso de todos que passassem pelo local, e não apenas do acusado José Vitor.

De acordo com o agente florestal Marcelo Castro da Silva, a Prefeitura seria responsável pela obra porque a estrada era pública.

Segundo o biólogo Juliano Roberto Zanchin, o acusado José Vitor sempre buscava orientação junto aos órgãos ambientais, tendo comentado sobre a existência de uma pedra que precisava ser removida da estrada.

Além disso, a presença do acusado Nazareno na condução da obra não ficou suficientemente esclarecida. Renato Joaquim disse ter recebido ordens do Secretário de Obras. Adelino da Silva Cardoso, que trabalhou no local, disse que o Secretário não esteve presente, mas mandou um encarregado. E o Secretário disse que nunca esteve no local e sempre foi contrário à manutenção da rodovia.

Nestas condições, não há como afirmar, extreme de dúvidas, que qualquer dos denunciados tenha agido com dolo de causar dano ao meio ambiente, como

descrito na denúncia.

A prova oral, como reconstituída, revela nitidamente a intenção de melhorar a estrada municipal, possibilitando aos moradores melhor acesso às suas residências.

Há, no mínimo, dúvida sobre o elemento subjetivo do tipo.

Dessa forma, rever o entendimento manifestado no acórdão impugnado para decidir pela existência de prova suficiente a fim de reconhecer o dolo na conduta dos agentes, elemento imprescindível à configuração do delito, importaria em reexame do acervo fático-probatório dos autos, procedimento vedado em recurso especial, por força do enunciado sumular n. 7 do Superior Tribunal de Justiça.

Nesse sentido:

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TIPICIDADE DA CONDUTA. CARACTERÍSTICAS DA MATA DESTRUÍDA. REEXAME FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ.

I. Afastar a conclusão do Tribunal de origem, quanto à existência de elementos para configuração do tipo previsto no art. 38-A da Lei 9.605/98, implica o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, o que é inadmissível na via do Recurso Especial, a teor da Súmula 7 do Superior Tribunal de Justiça, assim enunciada: "A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial".

II. Agravo Regimental improvido.

(AgRg no AREsp n. 464.553/ES, Rel. Ministra Regina Helena Costa, 5ª T., DJe 15/8/2014)

À vista do exposto, com fundamento no art. 932, III, do CPC, c/c o art. 253, parágrafo único, II, "a", do RISTJ, **conheço do agravo para não conhecer do recurso especial.**

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 12 de fevereiro de 2019.

Ministro **ROGERIO SCHIETTI CRUZ**

